

Agência indígena no Brasil Colonial: Novas perspectivas sobre a História do Brasil e do Mundo

BARBUDA FERREIRA, David. Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil: elites indígenas e administração colonial nos sertões da América Portuguesa (1630-1755). Salvador: Sagga Editora e Comunicação, 2024. 289p.

Anna Luiza Silva Fernandes

Graduanda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

2007208a@gmail.com

Recebido: 01/08/2025

Aprovado: 02/03/2026

Muito importante para os estudos dos povos indígenas e o desenvolvimento da História Indígena no Brasil foi a virada historiográfica a partir da década de 1970, surgindo, com a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, a chamada Nova História Indígena (Garcia; Julio, 2024, p. 320). Dentre suas principais características estão a interdisciplinaridade, em especial com a Antropologia, e o uso do conceito “agência indígena”, se distanciando então de perspectivas que até então ou romantizam a colonização e as mestiçagens ou generalizam a ideia de resistência revoltosa. O uso desse conceito, por sua vez, permitiu um novo olhar acerca dos povos originários, buscando pensar a partir desses próprios sujeitos históricos e conferindo-lhes uma capacidade de ação que faz com que muitos desses estudos os destaquem não só como elementos fundamentais na História do Brasil, como também da História do Mundo.

Logo, o livro *Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil: elites indígenas e administração colonial nos sertões da América Portuguesa (1630-1755)*, do doutor em História David Barbuda Ferreira (UFMG), pela Sagga Editora, é um estudo de fôlego que segue nessa esfera da Nova História Indígena, tomando como eixo central os índios “principais” e o subsequente cargo de governador dos índios das capitanias da Bahia e de Pernambuco, que existiu da década de 1630 até 1733. Desse modo, a construção dessa obra está dividida em cinco capítulos, que, por sua vez, possuem tópicos para destrinchar a temática com maior minúcia e detalhe.

Nos dois primeiros capítulos, nomeados, respectivamente, “De aldeados a soldados: os índios nas guerras luso-holandesas” e “O terço do Camarão: índios, mamelucos e mestiçados nas frentes de batalha”, Barbuda Ferreira aborda as guerras luso-holandesas e a atuação indígena nelas através da explicação da política de aldeamentos, destrinchada sobretudo no primeiro capítulo, e a conexão do cenário interno à um contexto global de relações comerciais açucareiras entre União Ibérica (1580-1640) e Holanda. Os aldeamentos eram o núcleo base da política indigenista da Coroa portuguesa, definindo esses sujeitos no mundo colonial, seja juridicamente, seja socialmente, a partir da categoria de índios “amigos”, que atuavam tanto na defesa do território quanto como mão de obra produtiva da Coroa e de serviços particulares (Garcia, 2017) nos aldeamentos, e índios hostis, chamados também de “tapuias”, eram aqueles que não quiseram se aliar à Coroa e se mantiveram nos sertões. Nesse sentido, partindo para o segundo eixo dos capítulos, quando as tensões entre Holanda e União Ibérica resultaram na invasão holandesa do Nordeste, o historiador demonstra como a disposição dos índios nesses aldeamentos e sua atuação como soldados e “principais” tornava a aliança imprescindível, mais uma vez, para os portugueses conseguirem expulsar os batavos. Os índios não só tinham conhecimento do território, como dominavam uma série de táticas e técnicas militares amplamente adotadas pelos portugueses até o século XVIII e ensinadas a eles pelos índios, como a denominada “guerra Brasília” (Mello *Apud* Barbuda Ferreira, 2024, p. 46). A vitória da Coroa portuguesa pós-restaurada e a expulsão dos holandeses em 1654 demonstram, aos olhos do historiador, o protagonismo na atuação dos índios nas guerras luso-holandesas e o quão decisiva era a sua presença em um dos eventos mais importantes do século XVII não só para a Colônia, como para o mundo.

Por conseguinte, no terceiro capítulo, “Povoar, guerrear e administrar: a atuação dos governadores dos índios de Pernambuco”, Barbuda Ferreira destrincha a temática central do livro. A criação do cargo de governador dos índios, em 1636, nasce do prestígio diante da Coroa adquirido por Felipe Camarão e outras lideranças do conflito contra os holandeses, com o objetivo de “condecorar a mais importante liderança indígena que estava atuando nas guerras contra os holandeses.” (Barbuda Ferreira, 2024, p. 120), ou seja, Antônio Felipe Camarão (1636-1648). O cargo deveria ser hereditário e exercido por índios ou mestiços que de alguma parte tivessem ascendência indígena, e, embora a função inicial fosse restrita à questão militar, como os governadores dos índios atuavam como intermediários entre os índios e os portugueses, o cargo passou a acumular funções militares, administrativas e burocráticas a partir da ascensão de Diogo Camarão (1648-1677) ao posto, que era primo de Felipe Camarão. Controlavam, por exemplo, a entrada e saída dos índios nos aldeamentos,

atentos ao risco de escravização, prisões e injustiças que poderiam acontecer com eles, além de atuarem no “projeto de interiorização da colonização” (Barbuda Ferreira, 2024, p. 145), empunhado sob o pretexto de “Guerra aos Bárbaros” através da justificativa da guerra justa. São essas as circunstâncias que implicam na consolidação da família Camarão como uma elite indígena e, posteriormente da família Arcoverde, representada pela figura de Antônio Pessoa Arcoverde, que ascendeu ao se ligar à primeira por intermédio do matrimônio de sua filha Catharina Arcoverde com Sebastião Camarão (1694-1722), o quinto governador dos índios.

No capítulo quatro, nomeado “Os governadores dos índios do São Francisco: família, poder e ascensão social na Bahia colonial”, Barbuda Ferreira prossegue ao estudo à patente do lado da Bahia, explorando um tópico menos pesquisado do que os casos pernambucanos, mas que possui uma densa documentação. Nesse caso, os conflitos com os holandeses também estavam conectados com a criação do cargo de governador dos índios do São Francisco, no ano de 1639, aliás, o líder dos índios Rodelas, que ingressaram no conflito quando as tropas luso-brasileiras tentaram recuperar as regiões perdidas aos batavos, contou com a aliança de Antônio Felipe Camarão. A família que ficou no cargo de governador dos índios da Bahia, que finda 1733, foi a família Mataroã, começando por Francisco Dias Mataroã (1690-1720/1721), sucedido por seu filho, Jorge Dias de Carvalho Mataroã (1720/1721 - 1733). Outras diligências atribuídas ao cargo foram “as guerras contra os tapuias e a descoberta das minas de salitre.” (Ott *Apud* Barbuda Ferreira, 2024, p. 173), contribuindo para a ascensão e consolidação social dessa família na Bahia e a expansão de suas funções para esferas administrativas e burocráticas, como missões de criação de arraiais e aldeamentos. Todavia, querelas do governador Duarte Pereira com Jorge Carvalho Mataroã e Domingos Camarão Arcoverde resultaram na extinção do posto, pois o primeiro acusou os dois últimos de trazer morte, caos e incitar levante dos índios (Barbuda Ferreira, 2024, p. 220), o que influenciou a Coroa em sua decisão final, no ano de 1733, a partir dos processos abertos pelo governador no ano de 1732.

Por fim, é o último capítulo, “Em busca da honra, de terras e de mercês: o principal Lázaro Coelho de Eça e os índios de Cabelo Corredio”, que demonstra o motivo de Barbuda Ferreira estender o recorte temporal até 1755, e o caso é um tanto interessante. Após o fim do cargo de governador dos índios, ocorreu um processo de descentralização que se deu maior peso para as autoridades locais em detrimento das que eram supra-aldeias, valorizando figuras como os índios “principais” e os capitães-mores. Lázaro Coelho de Eça, filho do índio capitão-mor Manoel Cubas e da crioula forra Paula da Silva, “principal” da aldeia Nossa Senhora da Conceição do Orucú, escreveu ao Conselho Ultramarino,

no dia 26 de outubro de 1754, solicitando como mercê o cargo de “governador dos índios da língua travada do cabelo corredio do rio São Francisco”. No processo, ele lista os feitos de seu pai, mas também registra os seus próprios serviços prestados à Coroa, reunindo testemunhas que o confirmem como muito *merecedor* da mercê. O brilhantismo de Barbuda Ferreira em fechar o livro com esse caso reside no fato de ele afirmar solidamente o que tem sido exposto ao longo de toda obra: os índios agiram por meio de seus interesses, mobilizando as lógicas de mercês, se colocando como vassalos da Coroa e cobrando pelo serviço prestado, caracterizando uma “economia da mercê” (Barbuda Ferreira, 2024, p. 235).

O primeiro aspecto positivo que precisa ser ressaltado é a capacidade de Barbuda Ferreira de tratar de uma temática tão complexa com uma linguagem de fácil entendimento, mobilizando também em seus capítulos tabelas e esquemas que permitem uma perspectiva mais ampla e esclarecida da temática. Outrossim, seu trabalho historiográfico mobiliza uma quantidade impressionante de fontes históricas, de Salvador à Antuérpia, e com uma leitura minuciosa delas, principalmente daquelas produzidas pelos colonizadores. No entanto, sendo os sujeitos históricos índios que formaram elites indígenas e ascenderam socialmente, a obra acaba ficando circunscrita com mais profundidade nesse grupo específico, ainda que o historiador tenha abordado outros agentes, como os soldados índios das guerras luso-holandesas. Desse modo, também é um mérito da obra não se restringir ao tema “governadores dos índios do Brasil”, mas, a partir dele, tratar de uma multiplicidade de assuntos que estão completamente conectados ao eixo do estudo, ao mesmo tempo que permitem uma visão renovada sobre eventos marcantes da história nacional, como a Batalha dos Guararapes, e de uma história mais global, apresentadas sob a perspectiva da agência indígena. Logo, a leitura da obra contempla um ato de reflexão sobre quais agências são apagadas das narrativas do passado, ao mesmo tempo que causa um suspiro de alívio por ser um esforço notável de seguir um caminho diferente, tentando abrir caminhos para que outras pessoas olhem para o passado e se perguntem: por que os índios e índias não estão aqui? Barbuda Ferreira cultivou uma belíssima árvore e, agora, compartilha seus frutos e germina mais sementes.

Referências bibliográficas:

FERREIRA, David Barbuda. **Os Governadores dos Índios do Estado do Brasil: elites indígenas e administração colonial nos sertões da América portuguesa (1630 – 1755)**. Salvador, BA: SAGGA Editora e Comunicação, 2024.

GARCIA, Elisa Fruhauf; JULIO, Suelen Siqueira. Trajetórias Indígenas. In: ARAÚJO, André de Melo [et al.]. **A Época Moderna**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2024, p. 317 – 342.

GARCIA, Elisa Fruhauf. Trocas, guerras e alianças na formação da sociedade colonial. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Brasil Colonial (Vol. 1)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.